

# POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCATIVAS

## FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES EM PERSPECTIVA

---

ANA PATRÍCIA LIMA SAMPAIO  
KEILA MARIA DE ALENCAR BASTOS ANDRADE  
NEIVA ÉDREA DE ALENCAR BASTOS VALENTE  
ZIZA SILVA PINHO WOODCOCK  
ORG.



**Ana Patrícia Lima Sampaio**  
**Keila Maria de Alencar Bastos Andrade**  
**Neiva Édrea de Alencar Bastos Valente**  
**Ziza Silva Pinho Woodcock**  
Organizadoras

**Políticas Públicas Educativas:  
formação continuada de professores  
em perspectiva**



Pantanal Editora

2022

Copyright© Pantanal Editora

**Editor Chefe:** Prof. Dr. Alan Mario Zuffo

**Editores Executivos:** Prof. Dr. Jorge González Aguilera e Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

**Diagramação:** A editora. **Diagramação e Arte:** A editora. **Imagens de capa e contracapa:** Canva.com. **Revisão:** O(s) autor(es), organizador(es) e a editora.

### Conselho Editorial

#### Grau acadêmico e Nome

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos  
Profª. Msc. Adriana Flávia Neu  
Profª. Dra. Allys Ferrer Dubois  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior  
Profª. Msc. Aris Verdecia Peña  
Profª. Arisleidis Chapman Verdecia  
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva  
Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo  
Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu  
Prof. Dr. Carlos Nick  
Prof. Dr. Claudio Silveira Maia  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos  
Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva  
Profª. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos  
Prof. Msc. David Chacon Alvarez  
Prof. Dr. Denis Silva Nogueira  
Profª. Dra. Denise Silva Nogueira  
Profª. Dra. Dennyura Oliveira Galvão  
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins  
Prof. Dr. Fábio Steiner  
Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza  
Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez  
Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles  
Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira  
Prof. Msc. Javier Revilla Armesto  
Prof. Msc. João Camilo Sevilla  
Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales  
Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski  
Prof. Msc. Lucas R. Oliveira  
Profª. Dra. Keyla Christina Almeida Portela  
Prof. Dr. Leandro Argentel-Martínez  
Profª. Msc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann  
Prof. Msc. Marcos Pisarski Júnior  
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos  
Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla  
Profª. Msc. Mary Jose Almeida Pereira  
Profª. Msc. Núbia Flávia Oliveira Mendes  
Profª. Msc. Nila Luciana Vilhena Madureira  
Profª. Dra. Patrícia Maurer  
Profª. Msc. Queila Pahim da Silva  
Prof. Dr. Rafael Chapman Auty  
Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke  
Prof. Dr. Raphael Reis da Silva  
Prof. Dr. Renato Jaqueto Goes  
Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo (*In Memoriam*)  
Profª. Dra. Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos  
Msc. Tayronne de Almeida Rodrigues  
Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca  
Prof. Msc. Wesclen Vilar Nogueira  
Profª. Dra. Yilan Fung Boix  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

#### Instituição

OAB/PB  
Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã  
UO (Cuba)  
IF SUDESTE MG  
Facultad de Medicina (Cuba)  
ISCM (Cuba)  
UFESSPA  
UEA  
UNEMAT  
UFV  
AJES  
UFGD  
UEMS  
IFPA  
UNICENTRO  
IFMT  
UFMG  
URCA  
ISEPAM-FAETEC  
IFG  
UEMS  
UFF  
(Colômbia)  
UNAM (Peru)  
IFRR  
UCG (México)  
Mun. Rio de Janeiro  
UNMSM (Peru)  
UFMT  
Mun. de Chap. do Sul  
IFPR  
Tec-NM (México)  
Consultório em Santa Maria  
UFJF  
UEG  
FAQ  
UNAM (Peru)  
SEDUC/PA  
IFB  
IFPA  
UNIPAMPA  
IFB  
UO (Cuba)  
UFMS  
UFPI  
UFG  
UEMA  
IFB  
  
UFPI  
FURG  
UO (Cuba)  
UFT

Conselho Técnico Científico

- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

P769 Políticas Públicas Educativas [livro eletrônico]: formação continuada de professores em perspectiva / Organizadoras Ana Patrícia Lima Sampaio. [et al.]. – Nova Xavantina, MT: Pantanal, 2022.  
111 p.: il.; 14 x 21 cm

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN 978-65-81460-35-8

DOI <https://doi.org/10.46420/9786581460358>

1. Educação – Metodologia. 2. Professores – Formação. 3. Políticas educacionais. I. Sampaio, Ana Patrícia Lima. II. Andrade, Keila Maria de Alencar Bastos. III. Valente, Neiva Édrea de Alencar Bastos. IV. Woodcock, Ziza Silva Pinho.

CDD 371.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422



Nossos e-books são de acesso público e gratuito e seu download e compartilhamento são permitidos, mas solicitamos que sejam dados os devidos créditos à Pantanal Editora e também aos organizadores e autores. Entretanto, não é permitida a utilização dos e-books para fins comerciais, exceto com autorização expressa dos autores com a concordância da Pantanal Editora.

**Pantanal Editora**

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.  
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.  
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).  
<https://www.editorapantanal.com.br>  
[contato@editorapantanal.com.br](mailto:contato@editorapantanal.com.br)

## **Prefácio**

O livro **“Políticas Públicas Educativas: formação continuada de professores em perspectiva”**, organizado a partir de artigos produzidos por pesquisadores que se dedicam aos estudos das Políticas Educacionais, em especial àquelas que traduzem o processo formativo de professores e professoras da educação básica, possibilitando aos leitores uma reflexão acerca de tais políticas buscando nos apresentar a condição atual e histórico da formação de professores. Buscando evidenciar, em seus textos o papel e a relevância das tecnologias da informação e comunicação como ferramentas de inovação, intervenção e pedagógica, os autores destacam os elementos conceituais e metodológicos do processo educativo: o ensinar e o aprender, a partir da mediação tecnológica no viés da construção de novos conhecimentos. Essas reflexões são evidentes nos capítulos que seguem:

**Capítulo 1 – POLÍTICAS EDUCATIVAS NO BRASIL NA ÚLTIMA DÉCADA DO SÉCULO XX: a formação de professores dos anos iniciais do ensino fundamental** – neste capítulo a autora nos convida a discorrer e refletir um pouco sobre um desdobramento das políticas educativas estabelecidas para a educação básica no Brasil, mais especificamente sobre as políticas educativas estabelecidas para a formação de professores dos anos iniciais do ensino fundamental nas últimas décadas do século XX voltando um pequeno olhar para a reforma educativa ocorrida na América Latina no mesmo período. Ainda que de forma geral e não muito aprofundada da temática em questão. O texto nos convida a refletir sobre o papel das políticas educacionais que orientam as ações de formação dos docentes que atuam no ensino fundamental.

**No capítulo 2 - EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: alfabetização midiática e educomunicação na formação docente** - as autoras refletem a partir de ideias e conceitos acerca das tecnologias da informação e comunicação, novas formas de buscar o conhecimento e de pensar a educação, enfatizando a importância dessa busca como meio de compreender o diálogo que precisa se estabelecer entre a educação e a construção do conhecimento por meio dessas ferramentas.

**Capítulo 3 – TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: um pequeno olhar na formação docente** – trata da necessária integração das novas tecnologias da informação e da comunicação ao processo da educação escolar. Isto só é possível graças ao olhar para a formação de professores como um fator importante e necessário para o desenvolvimento favorável do processo de ensino e de aprendizagem dos estudantes. Tais reflexões se ancoram, sobretudo, no contexto pandêmico.

**Capítulo 4 – A FORMAÇÃO DOCENTE PARA O ATENDIMENTO EDUCACIONAL DE ALUNOS SURDOS NA MODALIDADE DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS** – O texto produzido pela autora teve como orientação a pesquisa bibliográfica e a questão em torno da prática pedagógica dos professores de Biologia na Escola de Educação de Jovens e Adultos – CEJA Professor Agenor Ferreira Lima, de Manaus, Amazonas, refletindo a seguinte questão: essa prática

corresponde às necessidades específicas de atendimento aos alunos com deficiência auditiva segundo o que se espera da educação inclusiva? Objetivando com isso conhecer os limites e possibilidades de ação desses professores no que se refere à proposta do ensino inclusivo no atendimento a alunos surdos que integram as turmas da modalidade Educação de Jovens e Adultos no referido estabelecimento educacional. Aponta para a formação docente como necessária e indispensável para desenvolver tanto capacidades e habilidades essenciais para o trabalho docente com a demanda em questão, como também aponta para o desenvolvimento do senso crítico e reflexivo da própria prática pedagógica.

**CAPÍTULO 5 – A PSICOMOTRICIDADE COMO ALVO DA INTERVENÇÃO PSICOPEDAGÓGICA EM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL** – desenvolvido a partir da pesquisa de campo com vivências com alunos atendidos no Centro de Apoio de Educação Especial – CAESP situado na Escola Estadual de Atendimento Específico Mayara Redman Abdel Aziz, na gestão da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino – SEDUC na cidade de Manaus, Amazonas, o presente capítulo reforça a importância do trabalho com os jogos com esse alunado, embora os professores ainda desconheçam ou já terem esquecido a importância do trabalho psicomotor lançam mão do trabalho com os conteúdos de forma acelerada, ignorando que o ser humano possui múltiplas e complexas manifestações entre o corpo e a mente, e que clama por atenção especial e que necessita de um olhar sistêmico e multifatorial. Baseando-se nisso a autora nos provoca a olhar para o trabalho pedagógico com esses alunos, sobretudo, a partir do campo da psicomotricidade, como aquele que investiga oferece suporte para o desenvolvimento cognitivo do aluno, sem esse suporte o aluno acaba limitado em sua aprendizagem.

Dessa forma, as diferentes abordagens indicam que há sempre a necessidade de trabalhar o corpo e a mente, ou seja, que é imprescindível que a psicomotricidade evolua com base nos processos de desenvolvimento humano e, para se obter o melhor resultado possível tem-se sempre em mente as necessidades de estudos, e que um ambiente educacional favorável à criança seja o objetivo principal da inclusão educacional.

**CAPÍTULO 6 – O DESENVOLVIMENTO DAS FUNÇÕES COGNITIVA E EXECUTIVA NA CRIANÇA SURDA POR MEIO DOS JOGOS** - Compreender a correlação neurológica e educacional no desenvolvimento que tem sido um desafio para pesquisadores da área de medicina, psicologia e psicopedagogia e da aquisição da primeira linguagem da criança surdas através da sua primeira língua materna. O texto nos leva a uma discussão acerca do contexto educacional, mais precisamente do desconhecimento de algumas implicações no processo de aprendizagem, quando as funções cognitivas não são tomadas por base do processo de construção do conhecimento, sobretudo quando esse processo se dá com criança surda.

As ideias trazidas e discutidas neste capítulo descrevem as vivências dos estagiários do curso de Neuropsicologia, baseadas no uso da abordagem dinâmica psicoeducativa como parte do processo de formação, envolvendo o treinamento sobre o uso de jogos para desenvolvimento das funções cognitivas,

executivas e de linguagem em crianças surdas, os quais envolveram também a informação e orientação das famílias que moram em uma comunidade de Manaus e, alcançaram aos pais desses alunos. Tais atividades buscaram responder aos objetivos específicos: orientar os referidos estagiários sobre a utilização dos jogos e formas de avaliação das funções executiva e cognitiva (atenção, percepção, memória, linguagem e suas diferentes formas) na criança surda, bem como oferecer, através de palestras psicoeducativas, orientação aos moradores da referida comunidade.

Como resultado desse trabalho a autora conclui: Brincar é muito significativo para uma criança durante os primeiros anos da infância, por isso o conhecimento do desenvolvimento da criança pressupõe a atenção com a forma e possibilidades de aprendizagem a partir de estímulos derivados da atividade lúdica e jogos, oferecendo aos educadores uma base para a construção de estratégias de ensino, e isso é particularmente importante no caso de alunos com deficiência auditiva, desde que o professor receba formação adequada e seja consciente do seu papel nesse processo.

**Capítulo 7 – JOGO DE TABULEIRO COMO METODOLOGIA DO ENSINO E APRENDIZAGEM DA ANÁLISE COMBINATÓRIA** – neste capítulo as autoras partem de uma pesquisa-ação para escrever e propor estratégias que destacam o papel dos jogos no ensino da Matemática como uma alternativa metodológica no ensino da matemática no espaço da sala de aula. Isto porque o trabalho pedagógico na matemática se apresenta como um grande desafio para o ato educativo. Daí que adotar estratégias de jogos, em especial os de tabuleiro, no ensino dos conteúdos da matemática, possibilita uma melhor compreensão do conteúdo dos objetos de conhecimentos, desenvolvendo habilidades e competências que são tão importantes para interação do educando com o objeto em estudo, propiciando ainda a ligação da teoria com a prática.

**Capítulo 8 – EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA: o caso do IFRR/CBVZO** – é possível refletir no texto sobre as experiências escolares como elementos que contribuirão para a formação escolar e profissional do estudante, destacando, no caso atual, a importância dos institutos federais para a formação de profissionais cidadãos e humanísticos. Pelo menos, geralmente, deveria ser em sua essência essa sua função social. Ao fazer isso, a autora procura focar no *lôcus* da pesquisa que foi no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR, com ênfase no *campus* Boa Vista Zona Oeste – CBVZO, localizado no bairro Laura Moreira, na região de maior vulnerabilidade social da capital do estado de Roraima. Assim, como resultado dessa pesquisa a autora aponta para necessidade em tratar a Educação Profissional e Tecnológica como mecanismo de reflexão sobre diversos determinantes que há desde o seu surgimento, sejam eles históricos, teóricos, etimológicos e ontológicos, pois não se restringe somente a educação, mas aos elementos que transcendem às práticas educacionais e permeiam o cotidiano do ser humano e os fatos por ele criados e, faz-se ao pesquisador ou ao profissional da educação compreender a dimensão do trabalho no próprio processo educativo.

**Capítulo 9 – UM ROTEIRO DE VIAGEM PELO MUNDO DO CONHECIMENTO: a busca da verdade para além da razão** – a autora nos convida a fazer uma viagem nos escritos dela que

traduzem o roteiro de uma longa e significativa viagem. Nessa viagem pelo mundo conhecimento como assim denomina seu destino, questiona: o que é o conhecimento o que é conhecer? No afã de encontrar respostas para tais questões, os componentes curriculares de História, Arte, Filosofia e Epistemologia são as bagagens principais nessa viagem. Embora essa jornada tenha sido desafiadora, a autora declara ter vivido experiências diversas como profissional e como pessoa. Na chegada do barco, relato de fé e a certeza de que outras viagens serão necessárias para a continuidade da busca por novos conhecimentos no mundo do Eu e do Outro e, sobretudo, no contexto da arte e da ciência. Isto porque a tomada de consciência da incompletude é factual diante da complexidade, heterogeneidade do mundo e da vida e “lo que brotará de estas andanzas será un pensamiento cuyo fin no sea distanciarse del mundo, sino celebrarlo para habitarlo”, (re)descobri-lo.

Esperamos que os textos que compõem este livro contribuam para provocar reflexão em torno da temática da formação continuada de professores como perspectivas inerentes às Políticas Públicas Educacionais e, com isso. Possibilitar a percepção, apreensão e compreensão dos objetos em estudos. Pois, sem isso, o ato de ensinar e aprender- binômio que caracteriza o processo educativo será nulo e sem significado para vida dos estudantes que estão em busca de novos conhecimentos. Dificultando, portanto, a socialização dos múltiplos saberes produzidos pela sociedade ao longo de sua história.

Manaus, maio de 2022

Profa. Mestre Regina Marieta Teixeira Chagas

## Sumário

<b>Prefácio</b> .....	<b>4</b>
<b>Capítulo 1</b> .....	<b>9</b>
Políticas educativas no Brasil na última década do Século XX: a formação de professores dos anos iniciais do ensino fundamental .....	9
<b>Capítulo 2</b> .....	<b>19</b>
Educação e novas tecnologias da informação e comunicação: alfabetização midiática e educomunicação na formação docente .....	19
<b>Capítulo 3</b> .....	<b>28</b>
Tecnologias da informação e comunicação na educação escolar: um pequeno olhar na formação docente.....	28
<b>Capítulo 4</b> .....	<b>40</b>
A formação docente para o atendimento educacional de alunos surdos na modalidade da Educação de Jovens e Adultos.....	40
<b>Capítulo 5</b> .....	<b>54</b>
A psicomotricidade como alvo da intervenção psicopedagógica em alunos com deficiência intelectual .....	54
<b>Capítulo 6</b> .....	<b>70</b>
O desenvolvimento das funções cognitiva e executiva na criança surda por meio dos jogos .....	70
<b>Capítulo 7</b> .....	<b>78</b>
Jogo de tabuleiro como metodologia do ensino e aprendizagem da análise combinatória .....	78
<b>Capítulo 8</b> .....	<b>86</b>
Educação profissional tecnológica: o caso do IFRR/CBVZO .....	86
<b>Capítulo 9</b> .....	<b>96</b>
Um roteiro de viagem pelo mundo do conhecimento: a busca da verdade para além da razão.....	96
<b>Índice Remissivo</b> .....	<b>109</b>
<b>Autoras/organizadoras</b> .....	<b>110</b>

## A psicomotricidade como alvo da intervenção psicopedagógica em alunos com deficiência intelectual

 10.46420/9786581460358cap5

Ziza Silva Woodck Pinho 

### INTRODUÇÃO

O trabalho psicomotor é amplamente direcionado ao desenvolvimento cognitivo da criança, uma vez que possibilita a identificação do processo de formação intelectual, em consequência o desenvolvimento corporal. Quando o desenvolvimento motor apresenta pistas de alterações das funções de espaço, de noção do próprio corpo levando a dificuldades de aprendizagem tudo indica que a criança precisa de uma atenção especial.

Hoje, os estudos sobre as necessidades educacionais e físicas de uma criança com deficiência intelectual tem avançado, em especial quanto às etiologias. Na área educacional, no entanto, ainda caminha lentamente, principalmente em relação as diferentes aprendizagens que precisam ser ensinadas na escola. As dificuldades de identificação precoce e o encaminhamento das crianças para serviços especializados ainda são lentos e demorados, assim um atendimento específico e um trabalho preventivo, por meio de programas de intervenção pode minimizar problemas específicos, cita-se a educação psicomotora oferecida pelo Psicopedagogo, em especial quando envolve as dificuldades físicas e motoras que possam ser responsáveis pelo atraso cognitivo e emocional das crianças com deficiência intelectual.

Na escola quando uma criança com deficiência intelectual apresenta problemas de ordem neurológica e motor, a avaliação psicomotora por parte do Psicopedagogo é uma ferramenta indispensável, uma vez que possibilita identificar habilidades corporais prejudicados. Assim o trabalho da educação psicomotora propicia a base indispensável para que essa criança tenha seu desenvolvimento motor, afetivo e psicológico acompanhado e trabalhado de forma lúdica para que possa ter consciência sobre seu próprio corpo e do meio que a cerca.

No Amazonas, esse trabalho é realizado pela Gerência de Atendimento Educacional Específico – GAEE que dispõe de uma equipe multidisciplinar situada na Escola Estadual de Atendimento Específico Mayara Redman Abdel Aziz especificamente no CAESP. Na equipe entre outros profissionais tem três Psicopedagogos que atuam nas escolas inclusivas do Estado realizando assessoramentos a alunos, profissionais e familiares avaliando e identificando os problemas de aprendizagem, encaminhando por meio de um relatório o diagnóstico especializado e os exames que precisam ser realizados com o

objetivo de favorecer o desenvolvimento das potencialidades desses alunos no processo de aquisição do conhecimento.

Este artigo foi desenvolvido com o objetivo de conhecer como a psicomotricidade enquanto objeto de intervenção psicopedagógica no atendimento a alunos com deficiência intelectual é trabalhada no Centro de Apoio de Educação Especial – CAESP situado na Escola Estadual de Atendimento Específico Mayara Redman Abdel Aziz, sob gestão da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino – SEDUC na cidade de Manaus, Amazonas.

Com relação às bases metodológicas, este artigo foi desenvolvido com base em pesquisa bibliográfica, documental e como uma pesquisa de campo realizada com três profissionais psicopedagogas do CAESP.

O trabalho está organizado em cinco seções: a primeira aborda as origens e definições da Psicopedagogia e da Psicomotricidade; a segunda seção trata do principal objetivo da educação psicomotora na escola; a terceira seção apresenta as diretrizes legais e os objetivos do atendimento educacional específico do CAESP, a quarta seção apresenta a metodologia e, por fim, na quinta seção, são apresentados os resultados da pesquisa realizada nesse centro.

## **ORIGENS E DEFINIÇÃO DA PSICOPEDAGOGIA E DA PSICOMOTRICIDADE**

A Psicopedagogia é uma área que estuda e trata da aprendizagem escolar atuando nos vários problemas de aprendizagem, como também estuda a relação da criança com o conhecimento como explicam Sisto e Souza (1996), para os quais os problemas de aprendizagem constituem um campo da Psicopedagogia, conectando-se à investigação da relação da criança com o conhecimento.

O Código de Ética da Psicopedagogia, no Capítulo I, Artigo 1º define o campo da Psicopedagogia como pertinente à “[...] atuação em saúde e educação o qual lida com o conhecimento, sua ampliação, sua aquisição, distorções, diferenças e desenvolvimento por meio de múltiplos processos”.

Outro conceito sobre a Psicopedagogia é apresentado por Bossa (1994), considerando-a como uma área recente que se desenvolveu para atender demandas oriundas das dificuldades de aprendizagem, tendo como objeto de investigação as atividades psíquicas da criança.

Na perspectiva de Kiguel (1991), a Psicopedagogia teve início com a necessidade de maior aprofundamento do conhecimento sobre o processo de aprendizagem, sendo esta um fenômeno complexo, não podia ser compreendida apenas com base no conhecimento elaborado pela Psicologia ou pela Pedagogia enquanto saberes isolados e diferentes.

Por conseguinte, a Psicopedagogia assumiu a natureza de conhecimento multidisciplinar, o qual definiu um objeto próprio de saber, estruturado em torno do processo da aprendizagem humana e da influência do meio no seu desenvolvimento.

A ação psicopedagógica se diferencia no âmbito da atuação conforme o tipo das demandas. Na prevenção, observa-se a instituição, bem como o espaço físico e o ambiente psíquico onde ocorre a aprendizagem, enquanto que na parte clínica o alvo são as pessoas com dificuldade de aprendizagem, empregando-se procedimentos para o diagnóstico, como explica Cardozo (2011):

[...] anamnese, análise do material escolar, contato com a escola (direto ou através de questionário), observação do desempenho em situação de aprendizagem, aplicação de testes psicopedagógicos específicos, solicitação de exames complementares (caso necessário).

A avaliação psicopedagógica voltada para as dificuldades de aprendizagem busca identificar variações das respostas esperadas para entender as razões do problema. Os resultados são apresentados através de um parecer para intervenção futura. De acordo com os resultados, verifica-se se há necessidade de intervenção psicopedagógica. Assim, é realizada uma investigação preliminar, seguindo-se uma ação específica conforme o caso: se a avaliação indicar a necessidade da intervenção psicomotora, os procedimentos pertinentes serão realizados.

Um outro conceito sobre a origem da psicomotricidade é apresentado por Oliveira (2015), tendo surgido em 1920 através de Dupré, segundo o qual há “um entrelaçamento entre movimento e o pensamento”. Esse pesquisador, desde 1909, estudava esses processos, identificando o problema do desequilíbrio motor, denominando-o de “debilidade motriz”. Seus estudos indicavam que havia relação estreita entre anomalias psicológicas e anomalias motrizes, surgindo dessa constatação o termo psicomotricidade.

Oliveira (2015) remete os primórdios do pensamento sobre a psicomotricidade ao pensamento de Aristóteles e às ideias expostas em “A política”, obra na qual o filósofo grego analisou a função da ginástica para a melhoria do desenvolvimento do espírito, na qual afirmava que o homem era uma dualidade (corpo e alma, cabendo a esta comandá-lo): “Na proscricção, o corpo se coloca primeiro e deve obediência ao espírito da parte afetiva à inteligência e à razão”.

Segundo o autor acima, Aristóteles afirmava ainda que a ginástica e o movimento eram mais que a realização do exercício pelo exercício, servindo para a avaliação e a compreensão do temperamento de cada indivíduo.

Na perspectiva de Cotrim (2016), a psicomotricidade enquanto campo transdisciplinar, implica em estudar e investigar as “relações e as influências recíprocas e sistemáticas entre o psiquismo e a motricidade” tendo como alvo as crianças e seu desenvolvimento, o qual nem sempre ocorre segundo o esperado. Assim sendo, problemas como dificuldades ou atrasos no desenvolvimento global, deficiências (sensoriais, motoras, mentais e psíquicas) também se tornam objeto de especial atenção nos estudos da psicomotricidade.

Ela se desenvolveu como um campo científico de estudo nos tempos modernos com uma perspectiva mais centrada no homem, destacando-se Merleau-Ponty, para quem é preciso ir além da visão dualista entre corpo e mente, ou seja, “[...] o homem é uma realidade corporal, ele é seu corpo. É na ação

que a espacialidade do corpo se completa e a análise do movimento próprio deve permitir-nos compreendê-la melhor” (Oliveira, 2008).

A psicomotricidade pode ser entendida como uma área da ciência que tem como objetivo estudar o homem através do seu corpo em movimento e a sua relação com o mundo interno e externo, a qual lhe permite perceber e agir com o outro e consigo mesmo, e assim diz respeito, essencialmente, a um “[...] processo de maturação, onde o corpo é a origem das aquisições cognitivas, afetivas e orgânicas [...]” de modo que o termo remete a “[...] uma concepção de movimento organizado e integrado, em função das experiências vividas pelo sujeito cuja ação é resultante de sua individualidade, sua linguagem e sua socialização” (Oliveira, 2008).

Esse autor observa que as requisições do mundo moderno têm inflexões importantes no desenvolvimento da psicomotricidade dos indivíduos:

Hoje, o homem também necessita destas habilidades, embora tenha se aperfeiçoado mais para uma melhor adaptação ao meio em que vive. Necessita ter um bom domínio corporal, boa percepção auditiva e visual, uma lateralização bem definida, faculdade de simbolização, orientação espaço-temporal, poder de concentração, percepção de forma, tamanho, número, domínio dos diferentes comandos psicomotores como coordenação fina e global, equilíbrio (Oliveira, 2008).

Importante destacar no âmbito da aplicação do conhecimento envolvendo a psicomotricidade o papel do Psicomotricista, profissional que pode atuar em conjunto com outras especialidades, como também na parte clínica e institucional, podendo ser considerado um profissional “[...] da área da saúde e educação que pesquisa, ajuda, previne e cuida do homem na aquisição, no desenvolvimento e nos distúrbios da integração soma-psíquica” (Oliveira, 2008).

O campo de atuação do Psicomotricista abarca:

Educação, Clínica (Reeducação, Terapia), Consultoria e Supervisão. A clientela atendida é voltada para crianças na fase de desenvolvimento, bebês de alto risco; crianças com dificuldades/atrasos no desenvolvimento global; pessoas portadoras de necessidades especiais: deficiências sensoriais, motoras, mentais e psíquicas; pessoas que apresentam distúrbios sensoriais, perceptivos, motores e relacionais em consequência de lesões neurológicas; famílias e pessoas da terceira idade. (Almeida, 2014)

Um campo particularmente importante no âmbito da pesquisa e desenvolvimento de intervenção planejada com base no conhecimento da psicomotricidade diz respeito à deficiência intelectual, com demandas que definem a necessidade de respostas psicopedagógicas tendo em vista as exigências de uma educação inclusiva.

## **A DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E A ATUAÇÃO PSICOMOTORA NO AMBIENTE ESCOLAR INCLUSIVO**

O processo de educação escolar inclusiva é tônica do momento, mas muitos estudiosos ainda consideraram insuficientes os procedimentos, as estratégias, os recursos, os conhecimentos dos professores, gestores, familiares sobre a escola aberta para todos, uma vez que ainda não abrange todos os grupos de alunos e, todas as especificidades exigidas para o ensino e a aprendizagem na escola regular conforme explica Coll (2004), para o qual o conhecimento existente ainda é insuficiente e não leva em conta alunos que necessitam de respostas educativas individualizadas.

No caso do aluno com deficiência intelectual, sua realidade e o tratamento sofreram mudanças, o que atualmente se entende como deficiência intelectual, até recentemente era conhecido como deficiência mental (Coll, 2004). A partir do século XVIII, a deficiência mental era apenas estudada pela área médica, pedagógica e alguns estudos científicos, e que durante mais ou menos um século e meio atrás, era competência exclusiva da medicina.

Foi somente em 2004 que a OPS/OMS (Organização Pan-americana de Saúde e Organização Mundial da Saúde) passou a utilizar o termo deficiência intelectual e não mais mental declarando que (Brasil, 2004):

A deficiência intelectual, assim outras deficiências constituem parte integral da experiência e da diversidade humana. A deficiência intelectual é entendida de maneira diferenciada pelas diversas culturas o que faz com a comunidade internacional deva reconhecer seus valores universais de dignidade autodeterminação, igualdade e justiça para todos garantindo para as pessoas com deficiências intelectuais, assim como para as outras pessoas, o exercício do direito à saúde requer a inclusão social, uma vida com qualidade, acesso à educação, acesso a um trabalho remunerado e equiparado, e acesso aos serviços integrados da comunidade.

Dessa forma, como sempre foi de difícil definição rotular quem é a pessoas deficiente, também os estudos ainda não podem ser considerados prontos e acabados, assim, a indicação é de que a deficiência intelectual pode ocorrer “isoladamente ou associada a defeitos congênitos ou síndromes” (Santos, 2011).

Quanto à classificação, o Código Internacional de Doenças (CID) e a Organização Mundial da Saúde distinguem a deficiência intelectual em profunda com o quociente de Inteligência e  $I < 20$ , severa 20-35, moderada 35-50, leve 50-70 e limítrofe de 70-85.

De acordo com Santos (2011):

Quanto a etiologia, divide-se em dois grupos: os de origem ambiental (não hereditária) e de origem genética (hereditária) e podem variar de acordo com o grau de desenvolvimento socioeconômico do país. Em locais onde a saúde é mais desenvolvida, espera-se que a DI venha a diminuir. Quanto à origem ambiental, os estudos indicam precisamente o desenvolvimento cerebral que se inicia com o crescimento da primeira célula-tronco neural na terceira semana embrionária tendo a ver a formação dos neurônios (neurogêses) e encerrando praticamente no quinto mês de gestação e no restante dos meses, o cérebro é muito delicado e vulnerável. Os períodos críticos podem ocorrer na mielinização do córtex pode funcionar como índice de maturação que inicia logo após o parto e continua aproximadamente até os 18 anos de idade, no entanto, quanto mais nova a criança, mais sujeita a traumas e lesões ela está.

No século XX, o conceito de deficiência ou *handicap* incluía as características de inatismo e de estabilidade, no decorrer do tempo as causas passaram a serem fundamentalmente orgânicas, após várias revisões, no século XXI um novo panorama se descortina, como Coll (2004) explica: com novas legislações com fundamento ideológico impulsionando o movimento inclusivo para dentro das escolas alunos da educação especial propondo atingir todos os alunos.

No entanto, a mudança na área educacional coloca a aprendizagem como um processo lento, demorado e de difícil desenvolvimento. Segundo Santos (2011), os profissionais das escolas regulares inclusivas precisam urgentemente de preparo para a tarefa de trabalhar situações alheias à sua prática diárias em sala de aula, em destaque a deficiência Intelectual pelas inúmeras exigências oriundas das necessidades específicas desses alunos.

A escola, na proposta de inclusão, tem o papel de trazer a criança para o meio social facilitando o seu acesso ao mundo, no entanto, como refere Oliveira (2015), o que seria a função facilitadora da escola? A inclusão, está distante da realidade, a seleção de crianças ainda é uma prática, uma vez que se volta para mais para crianças com facilidade para a aprendizagem excluindo crianças com dificuldades de aprendizagem e comunicação, nesse rol inclui-se crianças com deficiência. Como trabalhar a aprendizagem dessas crianças? Qual o local mais apropriado? Onde se encontram os recursos?

Como assevera Oliveira (2015):

Frequentemente, os professores se queixam de que seus alunos que não possuem estimulação necessária à alfabetização e que isto interfere no ensino. Em vez de culpar seus alunos, os docentes devem procurar desenvolver as capacidades dos mesmos, levando-os a sentirem a necessidade de valorizarem os instrumentos da cultura e valorizar as atividades que se relacionarem com ela.

A partir dessas afirmações, é possível concluir que a situação se complica ainda mais quando alunos que trazem em sua bagagem cultural, social, intelectual e neurológica defasagem em relação aos outros alunos, isto é um bom motivo para se incluir nos resultados dos professores as desvantagens desses alunos, principalmente quando não aprendem a ler, escrever e fazer cálculos.

É importante entender o processo, pois existem situações muito mais graves como explica Oliveira (2015), quando a criança com deficiência intelectual que apresenta inteligência inferior já se encontra limitada em sua aprendizagem; por outro lado, outras podem alcançar maior desenvolvimento, ao passo que há também as que, ainda que recebendo os estímulos adequados e suficientes, e inseridas em ambientes de aprendizagem favoráveis, não têm o desempenho esperado. Diante dessas diferentes situações, o professor acaba descobrindo que não está preparado para o desafio de ensinar esses alunos segundo suas necessidades diferenciadas e específicas.

É nesse momento que entra a participação de profissionais preparados para ajudá-lo. Se a exigência for para o Psicopedagogo no atendimento psicomotor, a legislação orienta que a escola deva buscar a presença desse profissional, porém é bom lembrar que antes da solicitação do especialista ou do Atendimento Educacional Especializado – AEE, Alves (2008) ressalta a importância do papel do

professor de sala de aula, que não deve ser somente transmitir conhecimentos já estabelecidos, mas facilitador da aprendizagem, dando a criança tempo para as próprias descobertas, oferecendo situações e estímulos variados, em especial experiências concretas com a estimulação corporal e não apenas se preocupar em preparar o material de seu trabalho e do ambiente escolar como cartazes, painéis, faixas e outros.

Quando a intervenção psicomotora se faz necessário, é bom lembrar que é uma ferramenta voltada para a organização afetiva, motora, social e intelectual do aluno e não traz fórmulas prontas, é importante que a comunidade escolar esteja participando. Nas atividades psicomotoras, a valorização do toque como ferramenta de aproximação ajuda a criança a perceber seu corpo, bem como o exercício físico que ajuda o desenvolvimento mental, corporal e emocional.

Esses passos trabalhados devem ser compartilhados com o professor.

Quando o professor conscientizar-se de que a educação pelo movimento é uma peça mestra da área pedagógica, que permite à criança resolver facilmente os problemas atuais de sua escolaridade e a prepara, por outro lado, para sua existência futura de adulto, essa atividade não ficará mais para segundo plano, sobretudo porque o professor constatará que esse material educativo não verbal, constituído pelo movimento é, por vezes, um meio insubstituível para afirmar certas percepções, desenvolver formas de atenção, pondo em jogo certos aspectos da inteligência (Alves, 2008).

Assim, também o professor de sala de aula não trabalha sozinho, daí a participação dos profissionais das equipes de atendimento educacional especializado para a intervenção psicomotora na escola.

Oliveira (2015) apresenta um instrumento de avaliação diagnóstica de fundamental importância, a anamnese realizado em forma de entrevista onde é abordada uma infinidade de informações sobre o aluno. Quando é adolescente, a entrevista é realizada com ele mesmo, caso haja necessidade de algum esclarecimento é solicitada a autorização dos pais. Com crianças, é fundamental a participação dos pais.

A anamnese só é solicitada quando há queixas ou motivos para realizá-la. Quando é realizada a pedido da escola, é importante que os professores e demais profissionais envolvidos estejam presentes. O exame psicomotor tem comprovação positiva por parte do psicopedagogo e outros profissionais, sendo um instrumento valioso de medição da qualidade de alguns processos psíquicos que se originam nos diversos comportamentos. No entanto, não basta somente os testes de motricidade, mas a observação da afetividade, da vivência e das experiências passadas. A avaliação psicomotora exige inúmeras normas e instruções com a utilização de material didático (Oliveira, 2008).

Inúmeros são os motivos que levam a uma intervenção do psicopedagogo. Na maioria das vezes, a intervenção se dá com crianças na fase escolar. Segundo Oliveira (2015), a intervenção se dá quando há o exame psicomotor comprovado pelos profissionais como o psicólogo, o psicopedagogo e o neurologista considerado um profissional valioso na detecção e medição da qualidade dos processos psíquicos que podem estar respondendo pelos diversos comportamentos.

Enfim, existem e minuciosos elementos para se diagnosticar problemas psicomotores na escola e iniciar o trabalho de pesquisa e avaliação, bem como a devolução do diagnóstico para a escola e para a família, lembrando que o trabalho psicomotor não acaba com o diagnóstico, exige-se que o psicopedagogo traça um cronograma de acompanhamento na escola ou na instituição especializada. Não é um trabalho fácil e exige competência e responsabilidade.

## **A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR DO CAESP**

O Centro de Apoio Educacional Específico (CAESP) é um serviço diretamente vinculado ao Departamento de Políticas e Programas Educacionais (DEPPE) e à Gerência de Atendimento Educacional Específico (GAEE), da Secretaria de Estado da Educação e Qualidade do Ensino (SEDUC), implantado nas gestões do Governador Carlos Eduardo de Souza Braga em 2003, e da Secretaria de Educação, Rosane Marques Crespo Costa.

O CAESP tem como objetivo avaliar, encaminhar, orientar e acompanhar os alunos com necessidades educacionais especiais, da comunidade e da rede estadual de ensino para o atendimento educacional que melhor responda às suas necessidades.

O Centro de Apoio Educacional Específico - CAESP (2015) desenvolve suas funções através de várias atividades, tais como análise do formulário de encaminhamento do aluno; reunião com grupo de pais ou responsáveis dos alunos que frequentam a intervenção; anamnese com pais e/ou responsáveis; aplicação de testes (psicológico, pedagógico, psicopedagógico e fonoaudiológico); avaliação multiprofissional; solicitação de exames complementares específicos para subsidiar o processo diagnóstico; estudo dos casos avaliados; elaboração do parecer técnico com orientações que se fizerem necessárias, encaminhamento a outros especialistas e/ou outros serviços de apoio e orientações às famílias, de acordo com o parecer técnico e o encaminhamento indicado pela equipe, entre outras.

Nesse contexto, o CAESP, tem como finalidade principal reorganizar as atividades de avaliação multiprofissional, ampliando as ações, no sentido de contemplar o acompanhamento sistemático da referida clientela e funciona no período do ano escolar, por uma equipe multiprofissional, abrangendo as escolas da rede estadual de ensino e comunidade, de acordo com suas necessidades específicas.

Esse serviço passou a ser efetivado segundo o artigo 3º, da resolução N° 2, do Conselho Nacional de Educação, de 11 de setembro de 2001, sendo a educação especial definida como um processo educacional partindo de uma proposta pedagógica (Brasil, 2001):

[...] que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica.

Em uma retrospectiva legal, na década de 70, o Governo do Estado do Amazonas, iniciou na rede estadual de ensino o atendimento especializado às pessoas com necessidades especiais, através da criação de classes especiais e capacitação de professores. Com o número crescente de pessoas com deficiências, o atendimento oferecido pelo Governo do Amazonas foi-se ampliando, culminado na implantação de algumas escolas especializadas.

No entanto, a partir da Constituição de 1988, iniciou-se o processo de inclusão dos alunos com deficiência na rede regular de ensino, o que se constituiu num avanço em termos de direitos sociais, uma vez que, historicamente, o aluno especial foi caracterizado como um ser humano “excepcional”, que não conseguia adaptar-se ao modelo tradicional de ensino, sendo, não raro, dificultado seu acesso à educação. Além disso, a criação de instituições especializadas para o atendimento desta demanda tendia a reforçar o processo de exclusão escolar (CAESP, 2015).

Com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96), o processo de inclusão tomou impulso, consolidado novos paradigmas educacionais, de forma que, atualmente, o aluno com deficiência deve ser considerado suas necessidades específicas e potencialidades de modo que a escola a elas se adapte, combatendo o preconceito e permitindo a viabilização do convívio com o diferente, respeitando o ritmo e as características individuais de cada aluno.

A Secretaria do Estado de Educação e Qualidade do Ensino, através do Centro de Apoio Educacional Específica - CAESP, pretende atender os alunos que, por apresentarem deficiência (intelectual ou sensorial) transtornos globais do desenvolvimento (síndromes), exigem orientação específicas e/ou atendimento em Educação Especial (CAESP, 2015).

Nesta perspectiva, a equipe multiprofissional estará embasada na concepção de avaliação enquanto processo que, segundo Carvalho (2002) tem como finalidade

[...] uma tomada de posição que direcione as providências para remoção das barreiras identificadas, sejam as que dizem respeito à aprendizagem e/ou à participação dos educandos, sejam as que dizem respeito a outras variáveis extrínsecas a eles e que possam estar interferindo em seu desenvolvimento global.

As funções das Psicopedagogas na equipe multidisciplinar do CAESP são: aplicar e correção de testes psicomotores não padronizados; assessoramento nas escolas estaduais; elaboração de súmulas psicomotoras; formação continuada; intervenção psicopedagógica e orientação aos pais / responsáveis dos alunos.

Partindo dessa concepção, entende-se que, a avaliação não se limitará ao momento diagnóstico, mas será um processo que se iniciará na escola, onde as necessidades educacionais especiais serão identificadas por todos os agentes envolvidos, ou seja, professor, técnico, gestor escolar e família. Cabe ainda ressaltar que, as variáveis como, o contexto escolar, a prática pedagógica e ambiente familiar também serão aspectos relevantes para a avaliação diagnóstica.

Ao realizar as suas atividades de forma articulada com os demais serviços da Educação Especial da rede estadual de ensino, o CAESP tem papel importante na articulação de ações envolvendo a

colaboração e a participação efetiva de gestores, professores, familiares e comunidade em geral, no processo de construção de uma escola de melhor qualidade para todos e também mais democrática e promotora do convívio com o deficiente.

## **METODOLOGIA**

Adotou-se nesta pesquisa uma abordagem qualitativa. Segundo Alvarenga (2010), os enfoques qualitativos da investigação social e se fundamentam nas concepções epistemológicas profundas e sendo nova linguagem metodológica diferenciando-se da tradicional. Assim, esse enfoque denomina-se de paradigma fenomenológico, porque estuda as experiências humanas e seus significados.

O método utilizado foi a pesquisa bibliográfica (Heerdt, 2011), consistindo na coleta de dados que já se encontram disponíveis (que já foram objeto de estudo e análise como livros e artigos científicos).

Quanto aos fins, a pesquisa foi de natureza exploratória. Segundo Gil (1999), a principal finalidade da pesquisa exploratória é “[...] desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista, a formulação de problemas mais preciosos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”.

Para este trabalho, procedeu-se à coleta de dados em campo, através de entrevista semiestruturada aplicada a 03 psicopedagogos, sendo dois do turno matutino e um do vespertino, que atuam no CAESP.

Os contatos com esses profissionais foram feitos através de visita à instituição, realizando-se preliminarmente uma conversa informal, e posteriormente, depois da permissão da gestora e coordenação, foram realizadas observações presenciais e entrevistas com os referidos psicopedagogos, denominados aqui como P1, P2 e P3.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Com relação à formação inicial, todos os três entrevistados possuem formação em Pedagogia, sendo que um pedagogo tem especialização em Psicopedagogia e dois em especialização em AEE. Apenas um dos três possui mestrado.

Nenhum deles tem formação continuada, não tendo feito nenhum curso nesse sentido.

Apenas um realizou curso de formação de professores em Educação Especial específica na Psicomotricidade.

Quanto ao tempo de experiência em Psicopedagogia e Psicomotricidade, P1 tem 09 anos, P2 5 anos e P3 2 anos.

A experiência e a qualificação são um diferencial na atuação dos profissionais. Quando se pensa nas inúmeras dificuldades relacionadas com a qualidade de ensino, ou com a qualificação destes, entre muitos outros problemas que a educação vem enfrentando, a inclusão é uma nova realidade que vem

modificando o cotidiano educacional e principalmente o cotidiano dos professores e profissionais especialistas que precisam ter um contato cada vez maior com a diversidade existente nas escolas que atuam.

Ferreira (2009) comenta a propósito:

A formação, a preparação e a experiência profissional são fundamentais para ajudar o professor e a professora a enfrentarem o próprio medo, a própria insegurança e a desestabilização que a presença do novo instaura. Aprender ameaça a identidade. O novo ameaça a experiência adquirida e supõe esforço do professor e da professora.

No que tange ao atendimento realizado pelo CAESP nas escolas regulares inclusivas, as três Pedagogas afirmaram que o CAESP atende 35 escolas regularmente.

Questionados se nas escolas atendidas, todos os alunos precisam de atendimento psicomotor, os entrevistados identificaram situações específicas no âmbito psicomotor dos alunos que demandam atenção diferenciada que têm sido alvo do atendimento realizado pelo CAESP:

**Quadro 1.** Atendimento psicomotor realizado pelo CAESP nas escolas inclusivas. Fonte: os autores.

#### Atendimento psicomotor realizado pelo CAESP nas escolas inclusivas

P1	<i>A maioria dos alunos precisa desse atendimento.</i>
P2	<i>É bom destacar que nas escolas, o CAESP atende não só alunos com deficiência intelectual, mas alunos com síndrome autista. Síndrome de Down, e outros. Em relação específica a deficiência intelectual, todos precisam ser acompanhados na área da psicomotricidade.</i>
P3	<i>O atendimento é feito através de cronograma específico, uma vez que trabalhar a psicomotricidade faz parte do trabalho do psicopedagogo e, a maioria precisa desse atendimento, no entanto, o tempo é curto.</i>

Do ponto de vista da escola regular, é da responsabilidade dos profissionais, do Estado e da família de cuidar de seus alunos especiais, com os recursos que dispõe, uma vez que, como explicam Baumel e Castro (2003), as resistências são naturais e as mudanças deverão acontecer com responsabilidades e amadurecimento. Apesar dos documentos oficiais priorizarem a escola comum, não se deve eliminar as ajudas e os serviços prestados pela educação especial. Os alunos que não estão recebendo o atendimento necessário ainda precisam desses recursos como é o caso do aluno com deficiência intelectual que necessita de um acompanhamento diário e consistente.

Com relação à avaliação psicomotora como parte da atenção oferecida pelo CAESP aos alunos com déficit intelectual, dois entrevistados comentaram sobre a sua conexão fundamental com as condições adequadas para promover os estímulos essenciais à aprendizagem:

**Quadro 2.** Importância da avaliação psicomotora. Fonte: os autores.

<b>Importância da avaliação psicomotora</b>	
P1	<i>Visto que a psicomotricidade é a base do desenvolvimento, e muitos dos alunos com déficit intelectual apresentam déficit na área psicomotora, torna-se necessário desenvolver um trabalho nesta área, visando o desenvolvimento global do aluno.</i>
P2	<i>A psicomotricidade é importante em todos os momentos da aprendizagem, não seria diferente para o aluno com déficit intelectual que apresenta inúmeros problemas, entre eles, de coordenação, lateralidade, dificuldades de lidar com o próprio corpo e outros.</i>
P3	<i>Não respondeu.</i>

Para Alves (2008), a avaliação psicomotora é parte essencial da atenção em um trabalho inclusivo, uma vez que por meio dela é possível obter informações adequadas para se trabalhar os problemas de aprendizagem e as dificuldades oriundas da deficiência: “É através da avaliação que o profissional pode ter acesso ao (histórico familiar, características do ambiente familiar, dados pessoais, dados do desenvolvimento motor, seu comportamento e todos os aspectos motores das áreas [...]).

**Quadro 3.** Participação da família na avaliação psicomotora e apoio da SEDUC. Fonte: os autores.

<b>Participação da família</b>	
P1	<i>As vezes</i>
P2	<i>Sim</i>
P3	<i>É preciso que o pedido seja insistente.</i>
<b>Apoio da SEDUC</b>	
P1	<i>No momento, não.</i>
P2	<i>Sim</i>
P3	<i>As vezes</i>

Em relação ao local das avaliações, a participação da família e o apoio da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (SEDUC), todos os entrevistados identificam as escolas como espaço onde esse trabalho é realizado, porém divergiram quanto à participação da família nesse processo preliminar de atenção ao aluno com deficiência intelectual e no que tange ao apoio prestado por essa secretaria.

Importante destacar que o CAEPS atua buscando a convergência de suas ações com o apoio da SEDUC, buscando uma sinergia para melhorar a capacidade de utilização dos instrumentos e recursos disponíveis para o efetivo alcance do propósito da educação inclusiva, como parte das políticas educacionais locais e seu alinhamento às políticas nacionais estabelecidas a partir da Declaração de Salamanca de 1994, a qual estabeleceu a necessidade de se implementar nos sistemas educacionais,

programas “[...] que levem em conta as características individuais e as necessidades de cada aluno, de modo a garantir educação de boa qualidade para todos” (Sampaio, 2009).

Nesse segmento, houve um expressivo avanço das ações no âmbito do Amazonas nos últimos anos, com a ampliação dos atendimentos nas escolas apoiando a matrícula, a permanência e a terminalidade dos alunos que, em anos recentes, ainda estavam segregados e excluídos do contato social. Para isso buscou-se aumentar a integração das famílias com as escolas, além de atividades voltadas para a sensibilização e orientação dos pais e da sociedade sobre o tema, por meio de palestras e campanhas.

No que se refere aos benefícios da inclusão de alunos com deficiência intelectual para os professores, os psicopedagogos entrevistados responderam que os professores têm opiniões divergentes quanto à possibilidade da inclusão efetiva dos alunos com deficiência intelectual no ensino regular:

**Quadro 4.** Possibilidade de inclusão efetiva dos alunos com deficiência intelectual. Fonte: os autores.

<b>Possibilidade de uma inclusão efetiva dos alunos com deficiência intelectual</b>	
P1	<i>Quando o professor aceita o desafio e busca desenvolver um trabalho comprometido, sim.</i>
P 2	<i>Os professores por sentirem dificuldades pelas exigências e demandas, destacam que seria melhor que esses alunos estivessem em escolas especiais, pois a escola está muito longe de se intitular inclusiva.</i>
P 3	<i>A inclusão efetiva não ocorre, uma vez que a escola não está preparada para atender tantos alunos com deficiência, e o apoio que o Estado deveria dar como a capacitação, não acontece.</i>

A inclusão como proposta diferente da inclusão como prática e realização efetiva do que preconizam documentos e diretrizes da educação. Nas palavras de Baumel e Castro (2003), o texto oficial sobre a inclusão com deficiência intelectual vem causando muita confusão, uma vez que a ideia da inclusão propugna a educação para todos. Na realidade, esse termo possibilita respaldos para outros encaminhamentos que o autor considera errôneo, pois permite que se cometa a exclusão. No entanto, admite que os sistemas de ensino ainda não estão preparados para acolher a todos devido à complexidade das condições de atendimento, levando a escola e professores a se eximirem do trabalho de pesquisas e de procurarem soluções para atender seus alunos.

Com relação à última questão, sobre o que é necessário para o CAESP melhorar o atendimento dos alunos com deficiência intelectual, os entrevistados identificaram diferentes ações e estratégias:

**Quadro 5.** Como o CAESP pode melhorar o atendimento aos alunos com déficit intelectual. Fonte: os autores.

<b>Melhoria por parte do CAESP aos alunos com deficiência intelectual</b>	
P1	<i>Oferecer espaços e recursos adequados e profissionais especializados na área.</i>
P2	<i>Maior apoio da SEDUC, uma vez que os atendimentos são feitos em escolas distribuídas por toda a cidade, nesse caso, o profissional precisa dar seu jeito para visitar as escolas, nesse ano não houve transporte da SEDUC.</i>
P3	<i>Maior participação dos gestores, capacitações aos professores das escolas para que possam dar um bom retorno em sala de aula, participação da família e recursos adequados para o trabalho na área da psicomotricidade.</i>

A atitude dos governantes, da escola inclusiva, da família e dos profissionais especializados quando são efetivamente inclusivos são determinantes para influenciar nas mudanças no processo de aprendizagem, pois se o atendimento psicomotor é adequadamente pensado e planejado, torna-se importante instrumento para a criação dos estímulos essenciais ao desenvolvimento da criança com deficiência intelectual.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Hoje, parece distante o tempo em que professores trabalhavam atividades psicomotoras, atualmente a moda é o computador, o professor de educação física parece não dá conta da importância dos movimentos, dos sentidos, da interação corpo e mente do aluno nas aulas. Professores das escolas regulares a cada dia jogam a responsabilidade de atender alunos com deficiência para aquele profissional especializado que uma ou duas vezes no mês visita a escola.

Muitas das dificuldades apresentadas pelos alunos poderiam ser melhoradas se a escola se tornasse parceira da família, que buscasse ajuda com aquele profissional especializado, que cobrasse que o pedagogo especializado estivesse presente na escola, e que pudesse orientar pais e professores, e se os professores estivessem mais solidários e conscientes de sua responsabilidade e das necessidades desses alunos.

Na realidade, muitos professores desconhecem que essa ajuda existe, uma vez que o trabalho do apoio especializado geralmente se restringe ao aluno e a família. O tempo disponível parece ser o culpado e a formação continuada nessa área também.

Muitos professores desconhecem a importância do trabalho psicomotor, desconhecem ou já esqueceram, uma vez que a cada dia, a exigência é a aprovação escolar, assim acabam acelerando os conteúdos esquecendo que o ser humano possui múltiplas e complexas manifestações entre o corpo e a mente, e que clama por atenção especial e que necessita de um olhar sistêmico e multifatorial.

Esse olhar se torna mais importante quando a escola regular assume a responsabilidade de encaminhar para as aprendizagens alunos com deficiência intelectual. São alunos que exigem mais dos professores, que exigem um ambiente de trabalho que vise suas dificuldades, assim a escola não pode assumir sozinha essa responsabilidade, precisa buscar ajuda dos órgãos competentes, que o psicopedagogo especializado venha à escola sempre que dele a instituição precisar. Os professores precisam de ajuda, não se pode jogar toda a responsabilidade para esses profissionais. Que as avaliações e encaminhamentos sejam acompanhados pela família, escola instituição responsável pelo atendimento especializado.

Assim, a Psicomotricidade, como campo que investiga oferece suporte para o desenvolvimento cognitivo do aluno, sem esse suporte o aluno acaba limitado em sua aprendizagem.

A educação psicomotora, portanto, precisa ser considerada como a base da educação nas séries iniciais, e o ponto de apoio nas séries seguintes, a criança não conduz as aprendizagens escolares se não tiver tomada a consciência de seu corpo e de suas habilidades psicomotoras.

Dessa forma, as diferentes abordagens indicam que há sempre a necessidade de trabalhar o corpo e a mente, ou seja, que é imprescindível que a psicomotricidade evolua com base nos processos de desenvolvimento humano e, para se obter o melhor resultado possível tem-se sempre em mente a necessidades de estudos, e que um ambiente educacional favorável a criança seja o objetivo principal da inclusão educacional.

## REFERÊNCIAS

- Almeida GP (2014). Teoria e prática em psicomotricidade: jogos, atividades lúdicas, expressão corporal e brincadeiras infantis. 7. ed. Rio de Janeiro: Wak. 158p.
- Alves F (2008). Psicomotricidade: corpo, ação e emoção. 4. ed. Rio de Janeiro: Wak. 184p.
- Alvarenga EM (2010). Metodologia da investigação quantitativa e qualitativa: normas técnicas de apresentação de trabalhos científicos. Assunção: Universidade Nacional de Assunção – UNA, 2010. 114p.
- Baumel RCRC, Castro AM (2003). Materiais e recursos de ensino para deficientes visuais. Ribeiro MLS, Baumel RCRC. Educação especial: do querer ao fazer. São Paulo: Artmed. 192p.
- Bossa NAP (1994). A Psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática. Porto Alegre: Artes Médicas. 248p.
- Brasil. (2001). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília.
- Brasil. (2004). Deficiência Intelectual. Organização Pan-americana de Saúde/Organização Mundial da Saúde). Montreal.

- CAESP (2015). Projeto Político Pedagógico em construção. Manaus: Escola Estadual Mayara Redman Abdel Aziz. Centro de Apoio Educacional Específico.
- Cardozo LL (2011). Avaliação psicopedagógica: um olhar psicomotor na entrevista operativa centrada na aprendizagem. Universidade Tuiuti do Paraná (Pós-Graduação em Psicopedagogia), Curitiba. 29p.
- Carvalho RE (2002). Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”. Porto alegre: Mediação. 176p.
- Coll C (2004). Desenvolvimento psicológico e educação, Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2. ed. Porto alegre: Artmed. 368p.
- Cotrim DB (2016). A psicomotricidade como instrumento pedagógico para crianças com síndrome de Down. São Paulo: Centro Universitário Assunção (UNIFA). 21p.
- Ferreira W (2009). Entendendo a discriminação contra estudantes com deficiência na escola. Ireland T, Barreiros D. Tornar a educação inclusiva. Brasília: UNESCO. 220p.
- Gil AC (1999). Como elaborar projetos de pesquisa. 3.ed. São Paulo: Atlas. 101p.
- Oliveira GC (2015). Psicomotricidade: educação e reeducação num enfoque psicopedagógico. 20. ed. Petrópolis: Vozes. 152p.
- Sampaio CT (2009). Educação inclusiva: o professor mediando para a vida. Salvador: EDUFBA. 162p.
- Santos JB (2011). Histórico da deficiência intelectual. Maringá: Universidade Estadual de Maringá.

## Índice Remissivo

### C

CAESP, 54, 55, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 69  
conhecimento, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102,  
103, 104, 105, 106

### E

Educação Profissional, 87, 88, 89, 90, 93  
experiência, 96, 101, 105, 106  
*extra-ordinário*, 100, 104, 106

### I

inobservável, 96, 99, 102, 105  
Instituto Federal, 86, 89, 90, 91, 94

### J

Jogos matemáticos, 78

### M

Media Literacy, 21

### P

Plataforma Nilo Peçanha, 92, 93  
Politecnia, 88  
Psicomotricidade, 55, 63, 68  
Psicopedagogia, 55, 63

### V

visível, 96, 97

## Autoras/organizadoras



  **Ana Patrícia Lima Sampaio**

Licenciada em Matemática pelo Centro Universitário do Norte (UNINORTE). Ma. em Ciências da Educação - área Tecnologia Educativa pela Universidade do Minho, Braga - PT. Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade Nacional de Rosário (UNR) - Argentina. Professora da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino do Amazonas (SEDUC). Tem vários trabalhos publicados na área de Tecnologia Educativa, Ensino a Distância, Matemática, Biologia e Química. E-mail: [sampaioanapatricia@gmail.com](mailto:sampaioanapatricia@gmail.com)



  **Keila Maria de Alencar Bastos Andrade**

Licenciada em Educação Artística pela Universidade do Amazonas (UFAM). Bela. em Ciências Sociais pela Universidade do Amazonas (UFAM). Especialista em Arte Multimídia, Gestão Escolar e Docência do Ensino Superior. Ma. em Gestão de Auditoria Ambiental pela Universidade de León. Doutoranda em Ciências da Educação pela Universidade Nacional de Rosário (UNR) – Argentina. Professora-formadora da Secretaria de Estado de Educação do Amazonas. Tem trabalhos publicados na área da Educação, na linha da formação docente e Arte. E-mail: [kmbandrade@gmail.com](mailto:kmbandrade@gmail.com)



  **Neiva Édrea de Alencar Bastos Valente**

Bacharel em Psicologia e Licenciada em Pedagogia pelo Centro Universitário do Norte. (UNINORTE). Estudante de Bacharel em Teologia pela Faculdade Batista de Minas Gerais (Belo Horizonte/MG). Especialista em Psicologia Clínica com Abordagem Humanista – Fenomenológica - Existencial pela Universidade de Araraquara – (UNIARA - São Paulo/SP). Doutoranda em Ciências de la Educacion pela Universidad Nacional de Rosario (UNR-Argentina/AR). Psicóloga na Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Amazonas-SEDUC.



  **Ziza Silva Pinho Woodcock**

Graduada Bacharel em Psicologia (Ulbra - 2001) e Licenciatura em Biologia (Ifam - 2015), Pós Graduação em Psicologia Clínica da Infância e Adolescência (ESBAM - 2006), Psicopedagogia (Martha Falcão - 2008), Mestrado em Gerontologia (Universidad del Atlántico-2017), Doutoranda em Ciências da Educação (Universidad Nacional del Rosario-Argentina (UNR - 2024). Psicóloga da Secretaria de Educação e Desporto do Estado do Amazonas –SEDUC e da Secretaria de Assistência Social do Estado do Amazonas - SEAS. Atualmente atua na elaboração de Projetos para serem implementados nas escolas relacionados a saúde mental e emocional e com Grupos de Idosos no fortalecimento de vínculos. Contato: (92) 99114-0039. E-mail: ziza\_woodcock@hotmail.com



**Pantanal Editora**

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000  
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil  
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)  
<https://www.editorapantanal.com.br>  
[contato@editorapantanal.com.br](mailto:contato@editorapantanal.com.br)

ABCD

